

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda temas ligados à área da Educação.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se à mobilização dos atingidos pelas barragens.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta a Emenda Constitucional n. 29.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Manifesta-se acerca da segurança pública e à divulgação de SC.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários sobre a mobilização nacional do MAB.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Apresenta relatório da comissão de Saúde de 2011.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Condena a terceirização da administração do esporte.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Solidariza-se com o deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solidariza-se com a questão da Fesporte.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta apoio à questão da Fesporte.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Registra a entrega da liderança do partido ao deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Comenta a alteração na liderança do PMDB.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Traduz o resultado de carta do diretor de Habitação da secretaria de Assistência Social.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Analisa as exportações e importações catarinenses.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Aborda o índice de crescimento do PIB brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, como membro da comissão de Educação desta Casa gostaria de trazer alguns temas ligados à área da Educação, até porque nesta semana, deputado Reno Caramori, comemoramos no Brasil o Dia da Escola. É um dia um tanto quanto desconhecido, que fica na periferia de tantas outras datas, mas que deveria merecer a nossa atenção.

A escola, depois da família, é, sem dúvida, o primeiro grupo social a que todos pertencemos. É nela que aprendemos, que interagimos, que conhecemos novos comportamentos, que ampliamos o nosso conhecimento. A escola é, de fato, o espaço para o desenvolvimento das nossas habilidades.

Gostaria de, nos minutos que me são reservados, trazer três temas ligados à escola e que dizem respeito a esta Casa Parlamentar.

Em primeiro lugar, quero referir-me ao projeto de escola integral, que o governo de Santa Catarina pretende intensificar em todos os municípios do nosso estado.

Em segundo lugar, o Projeto de Lei n. 7.672, que embora não diga respeito a esta Casa, está no Senado e na Câmara Federal, e é a tal da Lei da Palmada, sobre a qual quero tecer algumas considerações.

Por último, a Lei Complementar n. 546, de nossa autoria, aprovada nesta Casa no último mês de setembro de 2011, é a tal da Lei do Trote.

Eu principio falando sobre o projeto da escola integral. O Decreto n. 7.083, de 2010, já previa a jornada escolar ampliada anterior, aquela prevista nos currículos do ano letivo. Em Santa Catarina, segundo informações que recebemos do secretário da Educação, Eduardo Deschamps, 60 escolas já aderiram ao projeto da escola integral.

Tivemos a oportunidade de participar, cerca de duas semanas, de um debate sobre escola integral, juntamente com o secretário e alguns deputados, na TV Legislativa. Quando tratamos desse assunto, estamos falando de atividades que têm um acompanhamento pedagógico mais amplo, dentro ou fora do espaço escolar, que trazem para o entorno da escola as experiências culturais, de arte, lazer e cidadania.

É claro que julgamos importante o projeto da escola integral, sobretudo pela situação de vulnerabilidade e risco social que acaba contribuindo para o baixo rendimento escolar. Se isso não conta, basta olhar os índices de reprovação e evasão escolar no estado de Santa Catarina.

Agora, para que dê certo o projeto da escola integral é necessário que o estado preencha alguns requisitos, começando pela valorização do profissional, e mais uma vez virá neste ano, já no início deste semestre, o debate da questão do piso salarial dos professores, da adequação do espaço físico, da implementação de ferramentas na escola, quer do ponto de vista tecnológico, lúdico, da expansão das redes socioeducativas, como disse, da comunidade que está em torno da escola. Enfim, busca-se através da escola integral melhorar o desempenho e, sobretudo, motivar a permanência dos alunos em sala de aula.

Outro tema que gostaria de ressaltar em homenagem ao Dia da Escola é o debate que houve na semana passada, para ser mais específico na última quinta-feira, na Câmara de Vereadores de Brusque, quando a sociedade organizada chamou representantes do estado e do município para debater essa lei que hoje, como disse, tramita em nível federal, mas que diz respeito a todos nós. Refiro-me ao Projeto de Lei n. 7.672.

O projeto já havia sido aprovado no Senado e aos 46 minutos do segundo tempo 10% do Congresso Nacional, comandados, inclusive, pelo deputado Esperidião Amin, seguraram o projeto, que continua em tramitação.

Todos sabemos, e o cidadão catarinense vai concordar comigo, que educar não é fácil, não é simples, não tem manual único, que cada família tem o seu jeito diferenciado de educar. Mas há duas visões distintas que precisam ser olhadas com muito carinho. A primeira seria coibir castigos físicos que resultem em humilhação, sofrimento. Nesse aspecto é positivo e vem reforçar o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente e o que o Código Penal, deputado Maurício Eskudlark, já traz há mais de meio século com respeito à humilhação e ao sofrimento. Mas, por outro lado, preocupa-nos quando, por outro viés, desautoriza a família e desautoriza também os agentes educacionais sobre a educação das crianças. Em síntese, o que significa a Lei da Palmada? Traduz cada vez mais a vontade do estado de estatizar a família, ferindo sua autoridade e colocando os pais no banco dos réus. E aí está a preocupação. Quando não se pode mais estabelecer princípios, quando não se podem trabalhar os valores na família, certamente estamos condenando as futuras gerações a um problema seriíssimo no que se refere à disciplina e à educação.

Entendemos que a Lei da Palmada precisa ser vista sob a ótica de uma forma de punição que possa, sim, ser aceitável, admitida, desde que, claro, não inclua a humilhação e que presuma uma medida disciplinar violenta.

Por último, para fechar essa temática sobre a educação, como disse na menção ao Dia da Escola, quero reportar-me, nos dois minutos que me sobram, à Lei Complementar n. 546, de nossa autoria, aprovada nesta Casa no último mês de setembro.

Recebi vários telefonemas nas últimas semanas e quero referir-me às instituições de ensino superior. O art. 14 dessa lei que aprovamos diz: "O aluno beneficiado por qualquer modalidade do art. 170, bolsa de estudos, perderá o benefício se coordenar, incentivar ou praticar trote contra calouros nas instituições de ensino superior em Santa Catarina."

Temos acompanhado a questão e há, inclusive, alguns vídeos a respeito, mas não será possível

trazê-los à baila nesta tarde até por uma questão de tempo. Em instituições superiores de Blumenau, vimos alunos que, infelizmente, colocaram calouros em situações vexatórias, humilhantes. Vou dar um exemplo, deputado Jailson Lima: colocaram um preservativo numa banana e fizeram com que as calouras, de uma forma ou de outra, tivessem contato com esse tipo de brincadeira. Para não falar de algo mais extremo. E já citei em outra ocasião sobre um pai que nos procurou, dizendo que seu filho passou no vestibular numa instituição superior, foi amarrado numa cadeira e fizeram-no ingerir um copo de cerveja, apenas não era cerveja e, sim, urina.

Não podemos admitir esse tipo de atitude e entendemos que o trote violento é uma ofensa à integridade física, à integridade moral, à integridade psicológica e precisa ser vetado. E a lei que aprovamos nesta Casa considera trote qualquer constrangimento que venha expor de forma vexatória o aluno e que implique, inclusive, em pedido de bens ou dinheiro ou, como disse, algo que ofenda a integridade física. Cabe, sim, à instituição de ensino superior fiscalizar. Manter uma lista única de alunos que pratiquem esse tipo de trote entendemos que não é admissível. Hoje, temos 40 alunos que usufruem da bolsa de estudos em Santa Catarina. Não é possível admitir que alunos simpatizantes da baderna e da violência frequentem uma faculdade à custa do dinheiro do contribuinte.

Muito obrigado, sr. presidente!

Viva a escola no Dia da Escola no Brasil!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, assomo à tribuna para registrar o que acontece no dia de hoje e acontecerá no dia de amanhã, 13 e 14 de março, por vários estados da federação, de maneira muito especial no estado de Santa Catarina, que tem desdobramentos no Rio de Janeiro, Brasília,

Fortaleza e Porto Velho, ou seja, a mobilização dos irmãos e irmãs atingidos pelas barragens.

Amanhã, no dia 14, o movimento social celebra, comemora, o dia internacional de luta contra as barragens.

Neste sentido, o movimento a partir de hoje mobiliza-se, juntamente com outros movimentos sociais, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, a Federação Única dos Petroleiros, a CUT, a Federação Nacional dos Urbanitários e outros segmentos organizados da nossa sociedade.

Em Santa Catarina, existem dois momentos estratégicos e importantes, organizados pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, um relativo à construção da barragem Anita Garibaldi e outro à Eletrosul, na capital, Florianópolis. Temos, basicamente, 900 famílias, portanto, 900 pessoas nesses dois acampamentos, nesses dois pontos de mobilização.

Nós temos acompanhado em vários momentos a questão da barragem Anita Garibaldi, e por parte das famílias atingidas houve várias iniciativas no sentido de se buscar instrumentos, através de diálogo, para que as empresas que lá estão executando a obra pudessem colocar de maneira clara, transparente e sincera a forma da indenização para todas as famílias atingidas pela construção da barragem. Infelizmente, não acontece nada. Existem boas intenções, mas na prática nada acontece no que tange a questão da promoção da justiça. Ocupam o espaço e fazem o que querem. Pensa-se em indenizar na forma que se acha melhor, mas, no entanto, hoje muitas famílias foram expropriadas do seu espaço, da sua terra e do seu chão e ainda esperam por indenizações. As empresas que executaram a obra se enriquecem em cima da energia e ainda não pagaram essas mesmas famílias.

Por isso, na tarde de ontem, as famílias atingidas em Anita Garibaldi ocuparam o canteiro de obras da futura usina de Abdon Batista, na tentativa de fazer com que os direitos que historicamente são negados possam ser colocados na mesa de negociação, porque não pode acontecer que

famílias que lá estão há 40, 60, 100 anos saíam com uma mão na frente e outra atrás, sem perspectiva de caminhada, de vida, sem saber para onde ir.

Da mesma forma, outro grande grupo de lideranças dos diferentes movimento encabeçados pelo MAB estão na Eletrosul, no sentido de apresentar uma pauta de reivindicação à direção da Eletrosul, a fim de fazer com que as inúmeras famílias que foram atingidas pela construção das diferentes barragens possam ser contempladas com ações e políticas públicas a partir dessas estatais, e também seria uma forma de contribuir para a questão da preservação ambiental, do desenvolvimento social, econômico e ambiental de uma maneira sustentável.

Por isso há uma mobilização por parte de todos esses nossos companheiros e companheiras que são injustiçadas. E com relação a isso o estado tem um papel importante. Não há razão alguma de o estado, como ente público, promover a desgraça, a injustiça ao cidadão e à cidadã. O estado tem que ser um instrumento de construção de defesa da vida, tem que ser um instrumento que vai cada vez mais dignificar a vida dos trabalhadores.

Claro que a pauta se resume em alguns tópicos essenciais, entre eles o direito dos atingidos.

Para concluir, então, essa questão com relação ao direito dos atingidos, quero dizer que seria a luta contra as barragens, ou seja, não às barragens, não à privatização da energia e da água e um olhar especial na questão do preço da energia, enfim, uma pauta justa, possibilitando novas alternativas de energia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, grande interlocutor dos hospitais de Santa Catarina na comissão de Saúde.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, srs. deputados, vou iniciar hoje uma série de pronunciamentos

nesta Casa sobre a situação da saúde em Santa Catarina e no Brasil.

A partir dos trabalhos da comissão de Saúde desta Casa, a partir de uma comissão que participo representando a Unale, comissão sediada na Assembleia Legislativa de São Paulo, que, por sua vez, está interligada a uma frente nacional para mais verbas para a saúde, será feita uma grande mobilização nacional que deverá convergir, a partir deste mês e do mês de abril, um grande movimento nacional, recuperando a nossa insatisfação com os resultados da votação no Congresso Nacional da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Todos nós que militamos no SUS, que temos uma vida dedicada à militância na saúde pública brasileira, ficamos insatisfeitos e imensamente frustrados com os desdobramentos da votação da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. Mas vamos recuperar esse movimento através de um projeto de lei de emenda popular, olhando mais de 1.200.000 assinaturas em todo o Brasil.

Tenho certeza de que através de todos os deputados desta Casa, espraiando-se pelos municípios do nosso estado, pelas Câmaras de Vereadores, pelas secretarias municipais de Saúde, pelos Conselhos Municipais de Saúde, pelo Conselho Estadual de Saúde, pelo governo do estado, pelas organizações sociais, Santa Catarina estará presente nesse grande movimento nacional da Frente Nacional por Mais Recursos para a Saúde, porque precisamos que a união imediatamente aloque os 10% da receita líquida bruta na saúde. Do contrário, ela ficará sempre de forma secundária, ficará sempre atrás dos seus compromissos.

Embora o PT, que é o meu partido, esteja à frente do governo federal, embora considere que a presidente Dilma Rousseff esteja fazendo um grande e importante governo para o Brasil, embora tenha uma estima, uma afeição particular e um respeito muito grande pelo ministro Alexandre Padilha, e tenho compartilhado de muitas conversas pessoais, em vários momentos, com o referido ministro, não deixarei de estar junto e até representando a

Unale nessa Frente Nacional para exigir do governo federal também a parte que lhe cabe, a parte que é da sua responsabilidade, e de rever as últimas decisões sobre a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29.

Por isso digo que é apenas um preâmbulo, porque na verdade quero debater também aqui com a secretaria estadual de Saúde, com o governo do estado.

O sr. governador Raimundo Colombo, quando candidato em campanha, disse que saúde seria a prioridade um, dois e três do seu governo. Ele não se contentou em dizer que saúde seria prioridade apenas. Ele disse, por Santa Catarina afora e por toda Santa Catarina, que saúde seria prioridade um, dois e três do seu governo.

Portanto, sr. governador, para cumprir essa sua promessa ao povo catarinense, precisa colocar mais dinheiro na Saúde. Além disso, tem que ampliar o volume de recursos, porque sabemos que eles existem, como os recursos do Revigorar III, no valor de mais R\$ 200 milhões. Recursos estes extraordinários recolhidos durante o ano passado que esta Casa autorizou o sr. governador a colocar numa conta especial para a Saúde. No entanto, estamos peregrinando e mendigando, em sucessivas audiências ao secretário estadual da Saúde ou ao sr. governador, uma solução para a situação dos hospitais catarinenses, para a questão do custeio dos hospitais catarinenses, mas está ocorrendo uma insensibilidade quanto ao atendimento a essas justas reivindicações.

Assim sendo, no dia de amanhã, quarta-feira, teremos reunião ordinária da comissão de Saúde, e peço e conclamo aos srs. deputados da comissão que estejam presentes. Inclusive, abrimos um espaço na comissão para receber o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, que já vinha, desde outubro e novembro do ano passado, solicitando à nossa comissão uma oportunidade para falar sobre a situação da saúde dos hospitais no referido município. Vivíamos a crise do Hospital Santa Inês que estava para fechar as portas e a situação do recém-inaugurado Hospital Ruth Cardoso, cujas

contas, cuja responsabilidade financeira, tem ficado totalmente nos ombros do município de Balneário Camboriú. E isso é apenas um retrato do que acontece pelo estado afora.

O governo do estado de Santa Catarina, de sucessivos governos, que continua na mesma trilha, não define uma política para os hospitais públicos deste estado a não ser apenas com a cantilena das OSs, como se as Organizações Sociais fossem uma panacéia para resolver os problemas dos hospitais catarinenses, e não são! Ele também não escuta os hospitais filantrópicos que estão de chapéu na mão mendigando reiteradamente.

Entendo que não dá mais para ficar apenas no blablablá do governo, que não resolve os problemas! Nós precisamos tomar decisões. E amanhã, com a exposição que o prefeito de Balneário Camboriú vai fazer em nossa comissão, ele mostrará a realidade daquele município!

O município de Balneário Camboriú assume R\$ 1,1 milhão por mês. Na verdade, já estava assumindo R\$ 1,7 milhão por mês, que é o que custa o Hospital Ruth Cardoso. Agora, depois de quatro meses de funcionamento, é que veio o resultado da primeira produção. O hospital vai produzir pelo SUS em torno R\$ 600.000,00, mas a conta é mais de R\$ 1,7 milhão. E aí o município sozinho vai pagar a conta?! A metade da população que é atendida no Hospital Ruth Cardoso é de Balneário Camboriú. A outra metade não é daquele município, é dos outros municípios. Então, não é justo que a prefeitura daquele município pague sozinha a conta do Hospital Ruth Cardoso. E há mais uma conta de R\$ 700 mil da diferença entre a produção para manter o Hospital Santa Inês aberto. É apenas um exemplo o município de Balneário Camboriú, porque essa situação se repete pelo estado.

Por isso, deputado Sargento Amauri Soares, como membro da comissão de Saúde, faço-lhe um apelo para se integrar nessa cruzada que estamos iniciando, integrando também as entidades hospitalares, para discussão desse importante tema do custeio dos hospitais.

Eu, que sou um defensor de estratégia de saúde da família, quero debater...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população que nos assiste pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou falar sobre dois assuntos no dia de hoje. Um diz respeito à questão da segurança pública e outro à questão da divulgação do estado de Santa Catarina. O da Segurança Pública diz respeito à inauguração por parte do governo do estado, hoje, da penitenciária do vale do Itajaí. E o outro seria a realização, em São Miguel d'Oeste, do 14º Motocão.

Na semana passada, o deputado Manoel Mota falou muito no Arrancadão e do seu orgulho daquele grande evento. Eu também tenho muito orgulho, deputado, de São Miguel d'Oeste, por relizar o Motocão, pois é o maior evento motociclístico do sul do Brasil, um dos cinco maiores do Brasil, reunindo em torno de 1.500 motociclistas. E solicito, neste momento, que seja apresentado um vídeo sobre as imagens desse evento.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

São mais de 50 mil pessoas que passam por São Miguel d'Oeste nesses três dias.

O deputado Nilson Gonçalves, que é motociclista, está convidado para participar, não sei se já participou, desse evento. São motos dos mais diferentes modelos e tipos lá expostos, mais de 1.500 motociclistas com as motos mais diferentes que v.exas. possam imaginar.

Não sou motociclista, mas fico encantado com o evento que lá ocorre, convidando todos para participar, no próximo ano, dessa grande festa.

O evento é organizado pelo Moto Clube Cães do Asfalto de São Miguel d'Oeste, em que empresários e profissionais liberais motociclistas aproveitam para viajar durante o ano para participar dos eventos que ocorrem no Brasil, na América do Sul,

convidando depois os motociclistas que participaram daquele evento para participar desses três dias da festa realizada em nosso estado. O último evento ocorreu neste final de semana, ou seja, na sexta, no sábado e no domingo.

Além de todas as motos que lá são apresentadas, há também *shows* de equipes, *shows* radicais, em que várias ruas estão com toda a infraestrutura adequada, com arquibancadas, para a realização desse evento que realmente engrandece o estado de Santa Catarina pela sua divulgação.

Quero parabenizar o João Carlos Felipe, o Lírio Dalmina, enfim, toda a comissão organizadora do Motocão, porque como há o Carnaval de Joaçaba, o Carnaval de Florianópolis para Santa Catarina, há também, em termos de oeste, em termos de um evento esportivo, de confraternização, esse evento em São Miguel d'Oeste. E não existe nenhum na área do motociclismo no estado que se compare a essa grande festa que completou este ano a sua 14ª edição.

Assim sendo, quero registrar e parabenizar a organização do evento, o município, enfim, todos que lá colocaram a sua cota de participação para que esse evento fosse realizado.

O governo do estado participou também através da secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, a prefeitura municipal, pois é um evento que efetivamente orgulha o estado de Santa Catarina.

Então, fica o meu registro, a minha homenagem aos organizadores, a São Miguel d'Oeste e região pela realização desse grande evento.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, corroborando todas as suas palavras, gostaria que v.exa. transmitisse aos organizadores do evento o meu sentimento de tristeza por não ter podido estar nesse evento. Em outras oportunidades, estive lá presente.

Então, quero transmitir, em meu nome, em nome de todos os motociclistas da região norte, que comumente frequentam esses encontros, o nosso

abraço a eles, dando parabéns a todos pelo bonito evento realizado. E quero aproveitar o momento também para convidá-los para ir comigo - no ano que vem vou pedir licença a esta Casa para ficar afastado durante dois meses - até o Alasca, de moto. Quem sabe alguns deles queiram me acompanhar nessa empreitada.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves, e pode ficar tranquilo que transmitirei o seu convite.

No ano que passou, num período de 60 dias, os motociclistas de São Miguel d'Oeste, do Moto Grupo Cães do Asfalto, visitaram toda a América Latina e depois fizeram o registro da viagem e o convite a todos os países da América Latina.

Eu quero registrar, hoje, com alegria, como disse no início do pronunciamento, a inauguração do presídio regional do vale do Itajaí, no Canhanduba, município de Itajaí, divisa com Balneário Camboriú.

Quero também dar os parabéns ao deputado Volnei Morastoni, porque na época em que foi prefeito de Itajaí aceitou a construção de uma unidade prisional em seu município. Enquanto isso, muitos prefeitos, preocupando-se mais com a popularidade do que com a responsabilidade, até se algemaram em ponte para não deixar os caminhões passarem, a fim de evitar a construção de um estabelecimento prisional na sua cidade. Mas o prefeito Rubens Spornau e o prefeito Edson Piriquito, de Balneário Camboriú, reuniram-se, definiram uma área e fizeram uma desapropriação coletiva.

Hoje, inclusive, foram registrados os agradecimentos àquela comunidade que aceitou esse empreendimento, que é seguro. Lá tem o presídio - e agora terá a penitenciária - e o albergue. E aquela comunidade merece receber toda a infraestrutura que a região precisa, inclusive o asfaltamento de todas as áreas, por ser uma comunidade que, junto com as administrações municipais, definiu essa importante obra.

O Complexo Prisional do Vale do Itajaí tem capacidade para 860 vagas. O governador Raimundo Colombo, a secretária Ada De Luca, nossa colega, e o diretor-geral do Depen - Departamento Penitenciário Nacional -, Augusto Eduardo de Souza Rossini, lá estiveram presentes e, portanto, tivemos a felicidade, junto com o deputado Dado Cherem, de participar dessa solenidade.

Quando era delegado regional, na época, em Balneário Camboriú, acompanhei a luta da comunidade e dos Consegs para a construção desse complexo e, principalmente, para a desativação do presídio de Balneário Camboriú, que fica na rua Inglaterra, uma área central.

O maior presente que Balneário Camboriú poderia receber nesse momento em termos de segurança pública recebeu hoje, quando, numa proposta da secretária de Justiça, o governador Raimundo Colombo assinou o de acordo para a desativação do presídio da rua Inglaterra, um presídio no centro do município de Balneário Camboriú.

Então, uma grande obra está sendo inaugurada, e necessária.

Gostei do discurso do diretor do Departamento Penitenciário Nacional, porque percebi que ele tem a preocupação com o sistema prisional e a consciência de que é preciso investir em presídios para conter a criminalidade.

Nesse momento, temos que agir firmes no combate à criminalidade. A lei tem que ser rigorosa e temos que ter onde manter presos esses que nesse momento não têm a possibilidade de estar no convívio social.

Nós queremos, daqui a alguns anos, que tudo isso seja transformado em escola, em área de lazer, em educação. Mas, infelizmente, nesse momento, para conter a criminalidade, é necessário rigor na lei e que haja um local para onde se possa mandar esses que afrontam a legislação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -
Muito obrigado, deputado Maurício Eskudkark.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e que está aqui presente nesta tarde de terça-feira, neste tempo escasso que tenho preciso falar de um assunto complexo, e ao qual o deputado Padre Pedro Baldissera já muito bem se referiu nesta tribuna na tarde de hoje, que é a mobilização nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, que tem toda uma pauta permanente e que luta pelo direito dos atingidos, pela não-construção de barragens, pela não-privatização da energia e da água, e contra o preço abusivo da energia elétrica que se cobra do cidadão comum brasileiro, chamando o seguinte: o preço da luz é um roubo.

Também, nesse setor, alguns poucos poderosos monopólios, muito bem situados, e empreiteiras estão enriquecendo bastante, sugando o suor do trabalhador brasileiro, seja pelos processos de privatização, seja pelo preço que se cobra da energia elétrica no nosso país, especialmente para as pessoas do povo, especialmente na casa de cada um e de cada uma dos trabalhadores e trabalhadoras deste país. E empreiteiras que têm enriquecido ainda mais diretamente pela superexploração, a exploração escandalosa, a que submetem milhares de trabalhadores neste país.

Todos sabemos, ouvimos e lemos sobre as revoltas bastante explosivas de trabalhadores nas obras do PAC, no norte e nordeste do país. Talvez nós, no sul, que pretendemos, e às vezes somente pretendemos mesmo, ter uma realidade social política distinta, achávamos que aquele tipo de manifestação somente ocorreria no nordeste e no norte brasileiro. Eis que acontece em território catarinense trabalhadores se rebelarem contra a exploração atroz; trabalhadores que, diga-se de passagem, e nesse aspecto vai um elemento de autocrítica, inclusive, deste parlamentar, não

estão organizados em nenhuma entidade de massa, em nenhuma entidade sindical. E, aliás, há sindicato que recolhe imposto sindical.

Eu não vou citar aqui nem a central e nenhum sindicato, mas há sindicato que recolhe imposto sindical do trabalho desses trabalhadores que devem ganhar mais ou menos um salário mínimo para morar em barracões imundos e viver em situação sub-humana. Pessoas trasladam-se de outras regiões, de outras cidades, e ficam lá alojadas vivendo em situação precária, com diversas culturas, diversas formas de vida e diversas experiências de vida.

Há sindicato que recolhe imposto sindical, um dia de trabalho anual, de cada um desses trabalhadores. Mas justamente porque recolhe o imposto sindical não precisa ir lá falar com eles.

A quem diga que eram alguns arruaceiros na cidade, e que esses foram demitidos porque estavam fazendo arruaça e, como pernoitaram no alojamento, colocaram fogo. Essa é uma versão, e que não considero a mais correta, porque centenas e milhares de outros não iriam se rebelar juntamente se tivessem vivendo uma situação pelo menos razoável.

A decisão da empresa é de demitir 900, porque agora não há mais alojamento. Então, se não há mais alojamento, demite-se o trabalhador? Se pegar fogo na Assembleia Legislativa, todos nós seremos demitidos?

Vamos supor que seja verdadeira a tese de que 20 foram demitidos, e que esses 20, revoltados - por justa causa, foram demitidos -, incendiaram os barracões. Demitir 900 porque não há mais alojamento? Se a Assembleia Legislativa pegar fogo, todos os funcionários e todos nós, deputados, estaremos demitidos também? É esta a baliza civilizatória dessas empreiteiras que estão enchendo o bolso de dinheiro público para fazer porcaria no nosso país? Esta é a pergunta que precisa ficar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero registrar, com muita satisfação, a presença, nesta Casa, do nosso amigo, e sei que é seu amigo também, e prefeito em exercício, João Paulo Velho, o Tibúrcio, que veio lá de Otacílio Costa prestigiar a sessão desta tarde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado. Está feito o registro!

Eu também cumprimento o vice-prefeito e o prefeito em exercício de Otacílio Costa. É um prazer tê-los aqui!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, amanhã, na reunião da comissão de Saúde, irei apresentar a v.exas. o relatório, de dois volumes, da comissão durante o ano de 2011.

Nesse ano realizamos mais de 20 audiências públicas em todo o estado de Santa Catarina, e este trabalho está consubstanciado, registrado e resumido nestes dois volumes que a partir de amanhã vamos apresentar na comissão de Saúde. E que depois também irei encaminhar ao sr. governador do estado; ao secretário estadual de Saúde e seu adjunto; ao Conselho Estadual de Saúde e à Presidência desta Casa, deixando-os também à disposição da imprensa e da sociedade catarinense, na comissão de Saúde.

Vamos ter a oportunidade de falar sobre esse relatório que traz muitos problemas que existem na saúde de Santa Catarina. Eu poderia falar da necessidade de descentralizar a autocomplexidade

em pediatria, neurocirurgia, cirurgia cardíaca, ortopedia e várias especialidades de várias regiões do estado. Eu poderia falar da necessidade de ampliar a cooperação técnica, a parceria, entre o estado e os municípios em relação à estratégia de saúde da família. Eu poderia falar da necessidade de leitos para o tratamento de dependentes químicos, porque por todo estado não temos leitos públicos. Eu poderia falar da necessidade de interiorização de profissionais, principalmente médicos, e da falta de especialistas, como pediatras, por todo o estado de Santa Catarina. Eu poderia falar de crianças na faixa de 12 anos, e vamos estendê-las até os 15, à faixa da adolescência. O Hospital Infantil Joana de Gusmão não atende após os 15 anos. Então, para onde vão as nossas crianças, jovens, que precisam continuar um tratamento de quimioterapia? Elas não têm uma referência e caem na vala comum dos pacientes adultos.

Portanto, poderíamos continuar enumerando situações, como a que foi levantada, principalmente, nas audiências do oeste: a preocupação com os agrotóxicos - e seja com os agricultores, os trabalhadores rurais, que manipulam os agrotóxicos no cultivo, ou seja com todos nós, que consumimos alimentos repletos de agrotóxicos.

Então, essa é uma relação importante de pontos que vamos trazer para o debate nesta Casa.

Mas o problema mais importante que quero destacar aqui, dando continuidade ao meu pronunciamento anterior, é que de todos os problemas que foram elencados, nesses dois volumes dos trabalhos da comissão de Saúde durante o ano de 2011, o principal deles é o do custeio dos hospitais.

Por isso, o estado que não tem uma política definida nessa área precisa definir uma política para o custeio dos hospitais a partir de critérios.

Eu estava com o sr. governador, Raimundo Colombo, há uma semana, quando fui falar de uma audiência com o prefeito de Balneário Camboriú

para tratar sobre os Hospitais Ruth Cardoso e Santa Inês. E a partir dessa situação eu falei para o sr. governador que não dá mais para continuar escondendo o sol com a peneira, e que o governo do estado precisa definir uma política de custeio para os hospitais baseada em critérios.

Temos, a partir de números de leitos, pequenos hospitais com até 50 leitos; médios hospitais com 50 a 150 leitos; e hospitais com mais de 150 leitos, considerados grandes. A partir também do comprometimento com o SUS, quanto por cento esse hospital atende pelo SUS? Atende a 60%, 70%, 80%, 90% e 100%? Esse pode ser mais um critério, e assim podendo complementar a tabela do SUS e chegar-se a um aporte de recursos aos hospitais para que eles possam se manter. Porque, hoje, quando chega ao final do mês, ao fechar a conta do custeio, vê-se: despesas administrativas, despesas com funcionários, despesas com contas de água, luz e telefone e todas as demais despesas. E, comparando com a produção, com aquilo que entra pelo SUS, ou uma parte de convênios, a verdade é que há um saldo negativo e que os hospitais transformam esse saldo negativo num encargo para o município.

Então, em muitas cidades catarinenses os municípios estão assumindo essa diferença financeira para fechar a conta dos hospitais. E quando os municípios assumem sozinhos essa responsabilidade, eles estão tirando dinheiro que iria para a atenção básica, dinheiro que iria para a estratégia de saúde da família, dinheiro que iria para as especialidades, dinheiro que iria para o pronto-atendimento. Ora, essa responsabilidade é dos municípios e o estado não assume nem a união. Portanto, os municípios, sozinhos, não podem ser responsabilizados pela conta dos hospitais.

Por isso, é preciso que sejam estabelecidos critérios, e o estado precisa definir uma política nesse sentido.

O próprio governador disse, em campanha, quando tomou posse nesta Casa e na mensagem que encaminhou no início deste ano nesta Casa que

saúde seria prioridade um, dois e três. Sr. governador, se saúde é a sua prioridade um, dois e três, não existe prioridade sem recursos, sem colocar mais dinheiro para a saúde!

Por isso, dei entrada nesta Casa a um projeto de lei que propõe a possibilidade de uma nova fonte de recursos para a saúde, ou seja, que se aplique o percentual de 12% sobre os recursos que compõem o Fundo Social, sobre os recursos que compõem os fundos do Seitec, da secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, e sobre os recursos que compõem o fundo do Fadesc, que é formado pelos recebíveis do Prodec, um programa de desenvolvimento da indústria catarinense criado governos atrás. Como agora as empresas começam a devolver o dinheiro que lhes foi emprestado e como esse dinheiro entra diretamente na conta do Fadesc, a ele não se aplicam os 12% da saúde. Na verdade, é como se fosse uma desvinculação de receita.

Da mesma forma, acontece com os recursos que vão para o Fundo Social. A lei diz que 6% dos recursos tributáveis da receita líquida do estado compõem o Fundo Social.

Eu quero deixar fora desses 6% o 1% que compõe o fundo para as Apaes, uma lei de autoria do então deputado Julio Garcia, também os 0,3% que compõem um fundo para bolsas de estudos em universidades; sobram 4,75 da receita líquida do estado para o Fundo Social. E deve incidir 12% para a Saúde, deputado Neodi Saretta, mas isso não é feito. Portanto, vamos trazer esses números para mostrar que o próprio Tribunal de Contas do Estado, e nós deputados temos um documento em mãos que comprova isso, mostra que de 2006 a 2010 R\$ 88 milhões deixaram de ser enviados para a Saúde, porque foram diretamente para o Seitec, e R\$ 135 milhões foram diretamente para o Fundo Social. E não temos aqui ainda os dados do Fadesc.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados os PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, srs. deputados, gostaria de agradecer ao nosso líder, Darci de Matos, pela deferência.

Eu já havia até anotado para falar sobre o assunto abordado pelo meu colega deputado Padre Pedro Baldissera porque deveríamos ter não o Movimento dos Atingidos por Barragens, mas o movimento dos beneficiados pelas barragens, porque já que as barragens são necessárias para o nosso desenvolvimento, já que é necessário causar algum sacrifício ao meio ambiente em troca da energia e dos muitos benefícios que ela pode trazer ao ser humano, os atingidos deveriam ser beneficiados com o devido assentamento e não prejudicados.

Então, coloco-me à disposição com relação a esse assunto e acho que as empresas, os governos, aqueles que têm o compromisso de zelar pelo desenvolvimento e pela economia, têm também que zelar pelo respeito ao ser humano providenciando o devido assentamento, a devida indenização para que muitas pessoas não venham a ser prejudicadas pelas barragens. Se o desenvolvimento é necessário, traz qualidade de vida, benefícios para a população, temos que ser justos com aquelas pessoas que acabam sendo prejudicadas pelas barragens.

Sr. presidente, ocupo a tribuna neste horário dos Partidos Políticos para saudar os 36 integradores esportivos do estado de Santa Catarina aqui presentes, falta um integrante apenas, capitaneados pelo meu amigo Roberto Carlos Marangoni, integrador esportivo lá do extremo oeste. Eles vieram a Florianópolis com o objetivo de entregar um documento ao sr. Raimundo Colombo, governador do estado, visando defender o trabalho que desenvolvem.

Eu que tive a minha vida também pautada no esporte quero dizer que acompanho o trabalho da Fesporte, dos integradores e sei da importância que isso representa ao cenário catarinense.

Santa Catarina destaca-se pela realização dos Jogos Abertos, pelos eventos esportivos realizados em todo o estado atendendo a toda comunidade como, por exemplo, o paradesporto etc.

Confesso que com a minha experiência na atividade esportiva e na administração pública não vejo como terceirizar o esporte, a organização do esporte, porque o esporte inclui os benefícios concedidos pelo estado ao cidadão, que não deve ter lucro, não pode ser uma atividade econômica.

Então, parabeno o movimento dos integradores. E sei que o governador Raimundo Colombo é muito sensível a determinadas questões em benefício das pessoas, pois administra o estado para as pessoas e já recebeu esse documento.

Eu vou fazer a leitura para que os integradores, que exercem essa função tão importante, deputado Mauro de Nadal, em cada região do nosso estado, continuem exercendo as suas atividades e recebendo a infraestrutura necessária.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo Senhor Governador,
Como é de seu conhecimento a Fundação Catarinense de Esportes - Fesporte é órgão responsável pelas ações do Governo do Estado na área esportiva. Nossa Fundação planeja, projeta e executa essas ações, sempre em parceria com os municípios e nossas Escolas, que são nossos principais clientes. Essas atividades têm oportunizado o acesso de milhares de jovens catarinenses à prática da atividade física; são mais de quinhentos mil catarinenses atendidos anualmente e beneficiadas na sua formação pelos valores embutidos no esporte.

Hoje podemos afirmar que todos os segmentos do esporte são atendidos em Santa Catarina, seja educacional, rendimento, participação, melhor idade ou paradesporto. Somos referência nacional não somente em organização esportiva e inclusão, mas também na revelação de talentos esportivos, basta olharmos a projeção da participação catarinense na composição da delegação brasileira na Olimpíada de Londres.

A política de alianças tem sido um dos critérios utilizados para o preenchimento das funções diretivas nos órgãos do Estado. Acreditamos que este critério tem como objetivo dar sustentação política ao Governo, principalmente facilitar as ações administrativas, ou seja, gerar melhores resultados ao cidadão catarinense.

Infelizmente na presidência da Fesporte esse critério não tem apresentado a eficácia desejada, pelo contrário, está gerando dificuldades. Há exatamente um ano as pessoas nomeadas para os cargos de comando da Fundação estão em constantes atritos de ordem administrativa e pessoal, refletindo diretamente na execução dos eventos.

As parcerias com os municípios vêm caindo em descrédito devido o atraso no pagamento das estruturas básicas para os eventos, como alimentação, hospedagem e repasse para os municípios (manutenção e reestruturação de locais desportivos além da adaptação das escolas para alojamentos).

Hoje, o Integrador de Esportes que atua na SDR encontra dificuldade em exercer as ações planejadas pela área técnica da Fesporte, para desenvolver o esporte local, simplesmente porque a área administrativa não repassa os materiais esportivos para tal. As premiações em muitos casos chegam após a realização dos eventos, quando chegam. E os municípios nos cobram ainda premiações de eventos do início do ano passado. O planejamento financeiro continua inconsistente, causado por vaidades pessoais, o que tem ocasionado descontentamento dos municípios, nossos maiores parceiros.

Depois de anos trabalho para darmos credibilidade à instituição Fesporte, fazendo desta forma o que é esporte hoje em Santa Catarina, percebemos que tudo está desmoronando, pois se a presidência e a diretoria administrativa da Fesporte responsáveis pela implementação, manutenção e ampliação do esporte 'não' dão a devida importância ao esporte, como podemos continuar defendendo junto aos administradores

municipais, professores e dirigentes esportivos a importância que temos certeza este governo quer dar ao esporte, à socialização e à formação do cidadão catarinense?

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, o trabalho desenvolvido pelo Integrador de Esporte da SDR, que é um funcionário do estado a serviço da promoção, divulgação e realização do esporte catarinense, em uma das estruturas mais reconhecidas do país, que nos últimos dez anos vem sendo realizada com planejamento baseado em resultados, perguntamos como é possível aceitar a terceirização e o custeio de uma entidade privada para realizar este trabalho.

Acreditamos que o bom senso e os verdadeiros fundamentos firmados pelo atual governo no que diz respeito a um trabalho sério de desenvolvimento do Estado começa no ser humano. Desta forma todos os Integradores através da experiência adquirida farão a diferença, se tiverem condições para trabalhar.

É inaceitável o fato de se imaginar terceirizar um atendimento de excelente qualidade, que vem dando frutos, por questões comerciais e sem um verdadeiro motivo de sustentabilidade ou financeira.

Acreditamos na valorização profissional e principalmente nos princípios do bom trabalho e do bom atendimento. Não se trata apenas de promover o esporte e sim de investir na formação do cidadão com coerência e responsabilidade." [sic]

Gostaria de parabenizar os integradores e de dizer que sei da importância do trabalho que desenvolvem e que é muito importante levar isso ao conhecimento do governador, como está sendo levado. Não vejo como terceirizar o esporte, a organização Fesporte, o paradesporto, o esporte para idoso, enfim, tudo que é promovido no estado de Santa Catarina.

Sei que esse pensamento é da maioria ou da totalidade dos deputados desta Casa.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Parabênizo v.exa. por trazer esse tema polêmico e de extrema importância ao conhecimento desta Casa.

Quero somar-me ao seu pronunciamento e também a todas as pessoas que estão aqui, aos nossos integradores esportivos do estado de Santa Catarina, e dizer a eles que a luta é meritória, até porque faço parte do esporte catarinense desde os 12 anos de idade. E continuo na atividade, embora não com o peso ideal, porém incentivando aqueles que têm o talento e a capacidade de fazer melhor do que nós. E vejo que o estado catarinense já experimentou formas de terceirização como, por exemplo, a merenda escolar, e o próprio governo do estado está entendendo que deve retomar esse processo para que ele seja mais ágil e mais barato para Santa Catarina.

A terceirização do esporte catarinense vai onerar, mas não vai dar qualidade. Precisamos agilizar e dar condições aos integradores para que eles possam continuar esse serviço e ainda fazer melhor, facilitando a entrega dos troféus e fazendo o custeio da alimentação dos municípios, porque muitos eventos até agora não foram custeados e já aconteceram. O comércio e os integradores estão comprometidos com a sociedade, por isso temos que dar condições para que eles possam trabalhar, apenas isso.

Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Está faltando um integrador entre o planejamento e o financeiro para resolver.

Contem com o nosso apoio e somos favoráveis ao pleito.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, essa questão da Fesporte foi-nos trazida e, como líder do governo, levarei ao governador. Temos que descentralizar e não centralizar as coisas. E essa descentralização nos últimos anos tem dado muito certo na questão do esporte, dos jogos escolares em todo o estado de Santa Catarina. Essa é uma questão séria, e este deputado, juntamente com os demais parlamentares desta Casa, levará esse assunto, sim, ao conhecimento do governador. Esse é o compromisso que temos com o esporte no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente também quero, com a permissão do meu líder, deputado Silvio Dreveck, e com a permissão dos deputados Valmir Comin, José Milton Scheffer, e Reno Caramori, dizer que a nossa bancada, do Partido Progressista, não pode se omitir diante de tudo que estamos ouvindo acerca da Fesporte. Precisamos nos posicionar.

Eu, particularmente, tenho conversado com pessoas que tem relações com aquela instituição, que atuam na Fesporte e sei que os equívocos são muitos. Deputado Sílvio Dreveck, meu líder, são muitas as informações de encaminhamentos equivocados por parte da administração da Fesporte, e entendo que é hora de esta Casa se posicionar de maneira forte, de maneira contundente, em defesa do esporte de Santa Catarina.

Por isso quero manifestar também o nosso apoio aos integradores que aqui estão.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, cumprimentar o presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados.

Nos meus 30 anos de vida pública prestei alguns trabalhos de relevância para Santa Catarina. Tive a honra de indicar o Zequinha de Souza para a área de esportes, que fez um trabalho extraordinário em conjunto com uma equipe extraordinária formada pelos integradores.

Então, deixar esse pessoal de lado para terceirizar esse serviço é um crime contra os servidores públicos, contra aqueles que trabalham e prestam serviços relevantes.

Por isso, presto a minha solidariedade a vocês. Vamos lutar e pagar para ver. Estamos na defesa de vocês. Podem ter certeza de que vamos fazer isso.

(Palmas das galerias)

Na semana passada disse que iria entregar a liderança do partido e faço-o no dia de hoje ao deputado Aldo Schneider, um jovem, sangue novo. E não é porque ele é novo ou velho, mas porque nós da bancada do PMDB fazemos um rodízio.

Eu posso dizer agora, Aldo, que lhe entrego a liderança com muita honra, com muito orgulho e sem nenhum resquício de tristeza. E pode ter certeza de que terá um liderado de garra, determinado, que trabalhará com lealdade com toda a bancada.

Entrego a liderança no dia de hoje porque já fui líder da bancada por sete vezes, e é impossível que um deputado seja líder por 20 vezes e outros nunca ocupem esse cargo. Por isso raciocinei, ponderei e cheguei à conclusão de que estava na hora de fazer um rodízio com tranquilidade. Não precisou ninguém me pedir. Deixo a liderança com o sentimento de carinho que recebi sempre da bancada, em todos os momentos.

Então saiu a bancada do PMDB, a bancada um e a bancada dois, pode ter a bancada 20, mas o nosso partido é assim, é o maior partido de Santa Catarina e o que mais trabalha unido em todos os momentos. As dificuldades internas podem existir,

mas superamos tudo e na hora das decisões sempre estamos juntos.

Por isso, a bancada hoje recebe um sangue novo e está num novo momento. Quero dizer que saio da liderança da bancada hoje com a certeza do dever cumprido. Estou tranquilo, porque teremos alguém que está com vontade de organizar cada vez mais o nosso partido e que, quem sabe, possa fazer um trabalho ainda melhor do que o meu.

Por isso, apenas coloco-me à disposição para ajudar nessa integração da maior bancada do Parlamento. E não é de hoje, é de muito tempo que a maior bancada do Parlamento é a do PMDB!

Por isso, nosso partido tem a marca do trabalho, da lealdade com os companheiros e companheiras e da responsabilidade. É com esse espírito que, neste instante, estou entregando a liderança deste grande partido, dizendo que passo o bastão e continuo trabalhando e buscando resultados.

Portanto, vamos trabalhar juntos neste grande mutirão, pois temos convicção, deputado Aldo Schneider, que v.exa fará um grande trabalho, pois poderá ainda com mais vontade e mais garra, quem sabe até superar essas turbulências que teremos pela frente, porque ser governo não é fácil, pois há turbulências a todo instante. Mas em todos os governos conseguimos superar todas as adversidades que aparecem.

Por isso, estamos aqui para agradecer a cada membro de toda nossa bancada, por esses 24 anos que passamos aqui, mais seis na prefeitura de Araranguá, então, são 30 anos de vida pública, dos quais me orgulho por ter honrado o meu partido, os meus companheiros e as minhas companheiras.

Então, é com esse espírito que estou aqui, e olhando para o relógio para dividir o tempo com meu companheiro Aldo Schneider, que vai assumir a liderança, para que ele possa também vir já colocar com clareza as suas ideias.

Deputado Aldo Schneider, parabéns, sucesso, estamos juntos na construção de um governo cada vez melhor, pois é isso que o povo espera de nós deputados. E temos esse compromisso com o

Executivo, com a sociedade e, com certeza, haveremos de honrá-lo.

Quero dizer a todos vocês da Fesporte que contem conosco, porque vamos fazer de tudo para que consigam reverter esse processo e fazer valer a vontade daqueles que merecem, que trabalham, que honraram e que continuam honrando o nosso partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do tempo do PMDB, os seis minutos restantes pertencem ao deputado Aldo Schneider, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, prezados integradores e integradoras desportivas de Santa Catarina, antes de falarmos sobre a efetivação na função de líder da maior bancada deste Parlamento, quero me dirigir a vocês, primeiro com reconhecimento do extraordinário trabalho que prestam lá na ponta a esta atividade fundamental que é o desenvolvimento do caráter das nossas crianças.

Digo isso, porque fui secretário de estado da região e durante sete anos convivi com todas as faces de evolução do trabalho que vocês desenvolvem. E nós, em nome da bancada do PMDB, com permissão dos nossos colegas deputados e nossa colega deputada, com certeza, o PMDB também, não faltará para solicitar ao governador Raimundo Colombo, e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, um posicionamento com referência a essa questão que os nossos integradores estão passando neste momento.

Então, quero dizer que conheço à miúdo a atividade de vocês. Portanto, contem conosco e estamos aqui. Quero somar-me a todos os deputados que já usaram a tribuna para suas manifestações no que se refere a mudar o jeito de gestão da Fesporte. Vocês podem ter certeza de que nós, juntos com vocês, vamos conseguir esse intento.

Parabéns pela mobilização! É assim que faremos um estado ainda mais respeitado, porque a

comunidade se organiza, se integra, reivindica, e, acima de tudo, estão no local certo, que é a Casa do Povo de Santa Catarina! Parabéns a todos.

(Palmas das galerias)

Então, na segunda parte do meu pronunciamento, gostaria de dizer que, na semana passada, já tivemos a oportunidade, srs. presidente, de anunciar para toda Santa Catarina que o PMDB, o maior partido que congrega este Parlamento, por uma decisão unânime da sua bancada resolveu fazer alteração na sua liderança para que possamos oportunizar, durante essa gestão, que quatro companheiros ou companheiras pudessem exercer o papel de líder da maior bancada desse Parlamento. E, por unanimidade, seus nove deputados chegaram ao entendimento, por consenso, de que neste momento a liderança deveria ser exercida pela minha pessoa.

Então, quero, em primeiro lugar, agradecer de forma muito carinhosa, especial e respeitosa ao deputado Manoel Mota que durante sete anos conduziu com plenitude a liderança da bancada do PMDB, sempre orientando para os melhores caminhos dessa jornada legislativa.

Quero também cumprimentar e agradecer a bancada peemedebista, embora tenha a experiência tenra de um ano e dois meses de mandato de deputado estadual, por terem me alçado a uma posição importantíssima para o Parlamento de Santa Catarina, para o PMDB e para o governo.

Então, quero de uma forma muito especial agradecer a todos a confiança em mim depositada mesmo considerando o pouco tempo de mandato, que são apenas um ano e dois meses.

Então, muito obrigado à bancada do PMDB, ao nosso Partido.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Aldo Schneider, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o deputado Manoel Mota pelo longo período de liderança, eu e ele, que como sempre lembra o deputado Sargento Amauri Soares, tivemos

grandes embates, cada um cumprindo a sua missão, o seu papel, mas sempre nos respeitando no campo pessoal, no relacionamento pessoal.

Quero cumprimentar v.exa., deputado Manoel Mota, pelo trabalho que v.exa. empreendeu como líder ao longo desse período. E quero cumprimentar v.exa. que chega, deputado Aldo Schneider. V.Exa. é deputado de primeiro mandato, mas com muita experiência em todas as funções públicas que ocupou e, certamente, a de maior aprendizado foi a de prefeito. Eu não tive oportunidade de ser, mas tenho certeza de que essa foi a sua grande escola.

V.Exa. chega aqui e logo no segundo ano de mandato é guindado à posição de líder da maior bancada dessa Assembleia. É uma posição honrosa que v.exa. ocupa, eis que tem todas as credenciais que já demonstrou nesse período, como a sua capacidade de articulação, o seu bom trânsito com todas as bancadas. E isso vai permitir a v.exa. fazer uma grande liderança.

Uma boa sorte e uma grande liderança.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do eminente deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Aldo Schneider, quero aqui destacar também a liderança do deputado Manoel Mota, que até este momento, até o dia de hoje, num acordo, conduziu a nossa bancada nos últimos dois anos, período no qual foi por várias vezes o nosso líder. Quero desejar felicidades a v.exa. na liderança da maior bancada dessa Casa, que é a bancada do PMDB.

Só quero ressaltar a importância de v.exa., deputado Manoel Mota, que deixa de ser o líder da bancada, mas não deixa de ser um grande líder dentro da Assembleia Legislativa. E o deputado Aldo Schneider, com toda sua experiência, pois também já foi secretário regional, como eu fui, hoje, é deputado e já está assumindo a liderança.

Foi prefeito e que eu não fui, mas pretendo ser. Desejo felicidades a v.exa. e quero dizer que terá todo o nosso apoio como membro da bancada e líder do governo por mais alguns dias.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do deputado Elizeu Mattos.

Para finalizar a nossa fala, gostaria de dizer que são experiências únicas e evidentemente esse momento é o único até por estarmos aqui liderando deputados com quatro, cinco, seis mandatos e apostaram na força jovem que chegou aqui no Parlamento, eu e mais alguns colegas.

Então, quero assim de uma forma muito especial agradecer o PMDB...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente, srs. e sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham através dos meios de comunicação desta Casa, quero traduzir o resultado de uma carta que recebi no meu gabinete do diretor de Habitação da secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, sr. Antônio Rubens de Almeida.

Como é do conhecimento de todos os senhores a questão do déficit habitacional é uma luta incessante, permanente e, certamente, todos há muitos anos somos testemunhas vivas de quanto já se comentou da questão de combater o déficit habitacional.

Pessoalmente, lembro-me que na campanha de governador do então candidato e depois governador Luiz Henrique da Silveira se dizia por todos os cantos que Santa Catarina tinha à época um déficit de 120 mil casas para atender à necessidade de todos os catarinenses.

Passaram-se oito anos, a Cohab construiu no governo Luiz Henrique mais de 15 mil casas, sob a coordenação e a liderança da dona Maria Darci Becker. O programa Minha Casa, Minha Vida construiu mais de 30 mil casas, o programa Minha Casa, Minha Vida I, mais de 15 mil casas, e nós continuamos, agora ainda, com um déficit de 145 mil casas. Ou seja, o crescimento populacional, que cresce pelo menos igual entre ricos e pobres, entre aqueles que têm a casa e os que não têm, aqueles mais de 100 mil que crescem mais de 2,5%, 3% ao ano, fazem com que o déficit habitacional cresça mais do que o crescimento fisiológico, do que o crescimento da população. Por isso, há que se fazer grandes investimentos na área habitacional.

Como é de conhecimento de todos os senhores, quando havia a inflação alta, antes do Plano Real, o que corroía o salário de todos, mas principalmente dos mais pobres, era exatamente a inflação.

O operário recebia o seu salário, saía correndo ao mercado de manhã para fazer as compras, porque se comprasse à tarde já era um pouquinho mais caro, que dirá amanhã ou depois.

Agora, quem está corroendo a renda familiar é exatamente a habitação, é o aluguel. Essas 140 mil famílias que ainda não têm casa, todas elas, de alguma forma moram em algum lugar extremamente indigno ou pagam aluguel para alguém. Ou seja, a falta de habitação é um processo de concentração de renda, que se combatido e resolvido certamente essas famílias, essas 140 mil famílias, que representa 1,2 milhão de pessoas em Santa Catarina, em vez de gastar R\$ 300, R\$ 400 por mês para pagar o aluguel, vão gastá-lo comprando roupa, melhorando a comida da sua mesa, comprando coisas para satisfazer as suas necessidades domésticas e familiares, e isso vai gerar uma grande movimentação econômica.

No ano passado, a Cohab, repito, sob a coordenação da dona Maria Darci e sob a coordenação da secretaria da Assistência Social, através do diretor Rubens Almeida e do Carlos

Cesar de Souza, percorreram este estado e fizeram reuniões em 284 municípios, mas há 293. Nos 284 fizeram encontros, reuniões e ajudaram a elaborar os Planos Municipais de Habitação, daí decorrendo um grande plano estadual, o Plano Estadual Catarinense de Habitação.

Alguns dados que o sr. Rubens me passa é que as pessoas que têm casa, e que nós só as vemos na hora de algumas catástrofes, porque os helicópteros filmam e transmitem pela televisão, e no meio deles vemos aquelas casas que estão fora da cena, que estão fora da catástrofe, não estão sendo atingidas, mas aparecem no cenário, e pensamos que tem muitas pessoas que não perderam a casa, que continuam com a casa, mas certamente essa casa precisa melhorar.

E desse levantamento, 19.790, mais de 20 mil dessas casas que são ditas normais, não têm banheiro; 11.870 têm grandes avarias nos telhados, chove dentro; outras 12 mil que estão em ameaça de caírem, estão adensadas, enfim, um grande número de habitações que têm pessoas morando dentro não estando contabilizadas nos déficits, mas que, na verdade, a condição de moradia é muito ruim. E ainda 118.749, para memorizar, 120 mil casas, que se sabe, não têm documentação. Ou seja, ganhou a casa do pai, do avô, construiu em algum lugar, certamente a casa é dele mesmo, mas não está documentada.

Hoje a secretaria estadual, e já havia elaborado no ano passado, começou a implantar um grande plano, o Plano Estadual de Regularização Fundiária, para que essas pessoas que moram mal possam ter a documentação de sua casa. E isso acontecendo, para este ano, já está previsto um investimento de mais de R\$ 5,5 bilhões para a melhoria da casa própria e para a sua construção. Aqueles que tiverem o terreno em seu nome poderão requisitar para tal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Gelson Merisio, sras. e srs. deputados, queremos, nesta tarde de hoje, primeiramente, em nome da bancada do Partido Progressista, cumprimentar lideranças que visitam esta Casa, dentre elas o prefeito de Meleiro, Jonei Zanette, o vereador Ricardo Alexandre e também secretário municipal de Agricultura de Meleiro, o Pedro Duarte, que prestigiam esta sessão. Também nos visitam o prefeito de Sangão, no sul do estado, Antônio Mauro, bem como o seu vice Castilho Vieira, nesta tarde de hoje, acompanhando o trabalho deste Parlamento.

Gostaríamos também de nos irmanar aos comentários aqui já feitos sobre a situação da Fesporte. Nós que já fomos prefeito de Sombrio e tivemos grandes parcerias na área do esporte, organizados, mobilizados e motivados pelo trabalho dos integradores e da Fesporte, vimos essa importante fundação hoje passando por dificuldades estruturais administrativas. Mas o legado de vocês é muito forte, e quem tem raiz jamais vai morrer; por isso, acreditamos na viabilidade, na capacidade que vocês têm de continuar esse trabalho, melhorando ainda mais, porque a nossa juventude e o esporte precisam de todos. É um grande trabalho, e essa união e mobilização é muito válida.

Contem também com o nosso apoio e atuação para manter e melhorar ainda mais o trabalho de vocês, que é essencial para o esporte, mas acima de tudo para a nossa juventude que cada vez mais precisa da atuação dos senhores.

(Palmas das galerias)

Queremos também, na tarde de hoje, tecermos comentários, sr. presidente, nobre deputado Reno Caramori, sobre as exportações e importações catarinenses, aquilo que está sendo produzido.

As nossas exportações registraram durante o ano de 2011 um crescimento muito grande, recorde

no comércio exterior. Atingimos a casa de US\$ 9 bilhões, segundo informações divulgadas pela Fiesc - Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina -, um crescimento, uma expansão, uma alta de mais de 19,4% nas exportações em relação ao ano de 2010.

Foram impulsionadas obviamente pela comercialização dos produtos que puxaram o desempenho estadual, dentre eles podemos citar a venda de carne de frango, que apresentou seu maior desempenho graças também à evolução da produção do frango de corte que já é uma marca da competência do agronegócio catarinense.

É preciso citar também o grande volume de exportação de carne suína, bem como também de motores, de transformadores e de geradores elétricos, que puxaram esse crescimento das exportações de um ano para o outro.

Neste norte, não se pode deixar de consignar que a confiança do empresário industrial catarinense, o índice de confiança atingiu a marca de 55,1%, relacionados ao ano anterior. São 55 pontos registrando um aumento de 1,6 pontos acima do registrado em dezembro de 2010. Isso mostra que o nosso empresário, que a nossa economia, principalmente voltada ao mercado exterior, está confiante na política de exportação.

Nesse vislumbre, deputado Silvio Dreveck, pode-se destacar um quadro favorável, graças à força do empreendedorismo do empresário, do trabalhador catarinense, que se manteve otimista, mesmo considerando as diversas variantes negativas, tais como um cenário de câmbio desfavorável, a crise internacional e os custos estruturais de produção, incompatíveis com os dos nossos concorrentes externos, que permitiu chegar aos números recordes aqui enaltecidos, no montante de US\$ 9 bilhões. Então, mesmo enfrentando uma forte carga tributária, o nosso empresário catarinense conseguiu aumentar em quase 20% o volume das exportações.

Além disso, não podemos deixar de frisar como uma característica interna, catarinense, a

eficiência de nosso sistema portuário, somado aos incentivos fiscais deste estado.

Por outro lado, precisamos, sim, rever as restrições das linhas de crédito para as compras de máquinas, a alta carga tributária, o câmbio desfavorável para exportação, os preços elevados dos insumos e o problema da não-devolução dos impostos estaduais e federais, que tem afetado sobremaneira as finanças, dificultando muito a concorrência do produto catarinense no mercado nacional e mundial.

Quero também registrar, já que estamos falando de mercado exterior, de exportação, de geração de emprego para os catarinenses, que os Estados Unidos da América lideram as compras dos produtos catarinenses no exterior. O fumo e os móveis de madeira acumulam queda no índice de exportação desses dois produtos, mas ainda tem um *ranking* importante.

É preciso citar que as nossas importações também registram valores históricos e elevados, se comparados aos de 2010.

Os produtos mais importados pelo estado foram os insumos de cobre, de polietileno, fios de fibras de poliésteres, fios texturizados, usados pela indústria têxtil.

Os países os quais Santa Catarina mais importou, durante o ano de 2011, foram: China, Chile, Argentina e os Estados Unidos. Falar de exportação é falar de geração de emprego.

É importante mantermos o câmbio, mantermos o real desvalorizado, para que o nosso empresário devido à alta carga tributária, ao custo Brasil, possa continuar tendo condições de vender os produtos lá fora. Se o real continuasse valorizando, impediria a indústria de continuar nesse caminho superavitário de sucesso que teve até aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Passaremos à Ordem do Dia.

As mensagens de veto não serão deliberadas, hoje. Temos quórum qualificado, no entanto alguns

vetos carecem de debate maior entre os srs. parlamentares e também com o governo. Por esse motivo vamos deixar de votar, com a concordância dos srs. líderes, até que se tenha construído o consenso sobre alguns temas que são importantes para a sociedade e que se encontram no conteúdo dos vetos. Portanto, precisam de melhor estudo.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2011, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que altera a redação do número 3 na Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 2011, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus órgãos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	

DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
simDEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 24 deputados.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto "não".

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0030/2011, de autoria da deputada Ada De Luca, que obriga o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a registrar e divulgar os índices de violência contra a mulher, no âmbito do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0560/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que autoriza o governo do estado de Santa Catarina a criar o Memorial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0327/2010, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que estabelece requisito temporal para remoção a pedido na Magistratura estadual. Acompanha esse processo um DVD.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0059/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase:

"Disque 181 - Denuncie todo ato criminoso e adota outras providências".

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0175/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o capítulo V no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0277/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no estado de Santa Catarina, nas hipóteses que especifica.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e

Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0079/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0080/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0081/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0082/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0083/2012 e 0084/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0085/2012, de autoria do deputado Edison Andrino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0153/2012, 0154/2012, 0155/2012 e 0156/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0157/2013 e 0168/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0159/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0160/2012, de autoria do deputado do Ciro Roza; 0161/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0162/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0163/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0164/2012, 0165/2012 e 0166/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0169/2012, 0170/2012 e 0172/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0171/2012, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0173/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0174/2012, de autoria do deputado Edison Andrino.

Requerimento n. 0167/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita a reconstituição do Fórum Permanente para a Preservação do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto favorável do deputado Valmir Comin.

Pedido de Informação n. 0016/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita informações aos secretários da Fazenda e da Agricultura e Pesca sobre o Processo n. 45/93, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho da Comarca de Florianópolis e que envolve a Epagri e um grupo de servidores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que há sobre a mesa requerimento do deputado Dirceu Dresch, líder da bancada do PT, que solicita a suspensão da presente sessão por até dez minutos para que o Movimento dos Atingidos pelas Barragens possa pronunciar-se.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

(O deputado desiste.)

Na desistência do deputado Dirceu Dresch, com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Sra. deputada Dirce Heidercheidt, srs. parlamentares, minha saudação a todos os presentes e a todas as pessoas que nos acompanham pela TVAL também.

(Passa a ler.)

"Srs. deputados, na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - divulgou o índice de crescimento do Produto Interno Bruto Brasileiro - PIB.

O Brasil em 2011 cresceu 2,7%. E criou cerca de dois milhões de empregos. Lógico que esse índice está aquém do esperado, mas sofreu influência decisiva da crise mundial que hoje abala os Estados Unidos e a Europa.

Mesmo assim o IBGE revela que o consumo das famílias brasileiras continua crescente e acima do índice de 2,7% do PIB, ou seja, a família brasileira continua tendo acesso a uma melhor renda, a mais empregos e melhorando a cada dia a sua qualidade de vida. O Brasil hoje é a sexta economia do mundo. Quando o presidente Lula assumiu a Presidência pela primeira vez éramos a 15^a economia do mundo. Hoje somos a sexta e ultrapassamos o PIB do Reino Unido. Em 2014 seremos a quinta economia do planeta. Não é pouca coisa.

Foi um salto de qualidade nestes quase 11 anos de governo no Partido dos Trabalhadores. Mas o grande mérito do presidente Lula e, agora, da presidente Dilma Rousseff é que o Brasil cresce distribuindo renda e gerando emprego para o seu povo. De 2003 à 2011 foram mais de 17 milhões de empregos criados no Brasil. É isso o que revela a Fundação Getúlio Vargas, na pesquisa 'De Volta ao País do Futuro', apresentada na semana passada e que v.exas., provavelmente, tiveram conhecimento.

Segundo a pesquisa, a crise europeia chegou ao bolso do povo brasileiro. No primeiro ano da presidente Dilma Rousseff, a pobreza foi reduzida em cerca de 8%, ritmo três vezes mais acelerado do que prevê os objetivos do milênio. Isso pode ser observado também pelo índice Gini, que mede a desigualdade e que caiu 2,1% em 2011. O Gini do Brasil passou de 0,60, em 2001, para 0,51, em 2012. Ou seja, os brasileiros e as brasileiras vivem num país que possui, hoje, o menor índice de desigualdade da sua história".

Era isso que preconizávamos, era isso que queríamos como militantes e dirigentes do Partido

dos Trabalhadores. Era isso que o nosso ex-presidente Lula falava e para isso trabalhou dando continuidade agora à nossa presidenta Dilma Rousseff. Não adianta o país crescer somente; o país tem que crescer, mas distribuindo renda e gerando empregos.

(Continua lendo.)

"Segundo a pesquisa, os primeiros anos deste milênio serão conhecidos nos futuros livros da história brasileira como a redução das desigualdades, em contraste com os motivos da ocupação de ícones de riqueza americana e europeia, como Wall Street, em Nova York, e City, em Londres.

Tenho orgulho do meu partido, o Partido dos Trabalhadores; tenho orgulho de participar desse momento histórico do nosso país ao lado do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, que resgataram a história e a dignidade do povo brasileiro.

A pesquisa *De Volta Para O Futuro*, da Fundação Getúlio Vargas, ainda demonstra mudanças da classe sociais ocorridas no ano de 2003 até agora e projeta o Brasil para o ano de 2014.

Conforme a pesquisa, de 2003 a 2014 teremos um acréscimo de 52 milhões de pessoas à classe C e outros 16 milhões de pessoas à classe AB. Ou seja, 68 milhões de brasileiros e brasileiras terão crescido socialmente. Enquanto o mundo passa por turbulências e a sua maior crise, o Brasil, em especial o seu povo, caminha rapidamente a uma sociedade mais justa e humana. É por isso que a pesquisa aponta o brasileiro como o povo mais feliz do planeta".

Isso não sou eu que estou dizendo, não é o Partido dos Trabalhadores, mas é o que apontou a pesquisa *De Volta Para O Futuro*, ou seja, que o povo brasileiro é considerado o povo mais feliz do planeta.

(Continua lendo.)

"Temos muito a caminhar e também a conquistar. Mas temos certeza de que estamos no caminho certo: crescendo e distribuindo renda.

Temos à frente da nação uma mulher. Uma grande mulher, uma mulher guerreira, uma mulher competente, que é a nossa presidenta Dilma Rousseff, que está cumprindo com seus compromissos e construindo um Brasil melhor para os homens e para as mulheres. E hoje ela é reconhecida como uma das mulheres mais poderosas do mundo.

Esse avanço social nós visualizamos na população das nossas cidades, como é o caso de Blumenau, do vale do Itajaí e de todas as regiões do nosso estado.

Santa Catarina precisa aproveitar essa onda positiva e ser também o primeiro estado da Federação a eliminar a pobreza extrema que ainda acontece em nosso estado. Mas certamente não será com a criação de mais um fundo de combate à pobreza como sugerido pelo governo do estado e sim com o fundo já existente, deputado Dirceu Dresch, criado pelo governo do estado de Santa Catarina anos atrás e aprovado por esta Casa. Esse fundo é o Fundo Social. O que é preciso fazer é colocá-lo a serviço do povo catarinense."

O Fundo Social criado anos atrás não pode ser um fundo para ser utilizado de forma duvidosa a algumas entidades de Santa Catarina. Ele tem que ser usado para servir, para eliminar a pobreza extrema em nosso estado.

Então, não é criando mais um fundo, sr. governador, que iremos eliminar a pobreza do nosso estado. É utilizando os recursos do Fundo Social para diminuir, para acabar, para extinguir, de uma vez por todas, a pobreza no estado de Santa Catarina.

Era isso que eu gostaria de dizer, sr. presidente!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, proposta pela deputada Ana Paula Lima, em homenagem à Associação Brasileira de Enfermagem de Santa Catarina pela passagem dos seus 50 anos.

Está encerrada a sessão.